

ATA
50ª Reunião da Câmara Técnica
Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos - CTPLAGRHI
DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ CBH-SMT

Data: 16 de fevereiro de 2018.

Local: CIESP Sorocaba – SP.

A Câmara Técnica de Planejamento-CT-PLAGRHI reuniu seus membros e convidados, na Ordem do Dia a pauta discussão sobre o recurso da cobrança, pedido de licença ambiental da empresa Dibasico Extração e Comercio de Areia e incluso na pauta o projeto ANA-Agência Nacional das Águas Pro-comitês. O Prof. André Cordeiro (Coordenador CTPLAGRHI e Professor do Núcleo ETC UFSCAR Sorocaba) cumprimentou todos e abriu a reunião. Comunicou que Fernando Rodrigues é o novo representante da FIESP no Comitê. Sobre o recurso da cobrança em pequeno histórico explicou que há os royalties do uso de energia elétrica que atualmente o comitê recebe por ano em torno de 2 milhões, e outro recurso de vêm da cobrança pelo uso da água, incluso no comitê desde 2010 com o valor aproximado de 7 milhões pelos dados da nova planilha do Diretor Financeiro da Fundação. Os Royalties já tinham discutido o uso na deliberação 188 para utilizar até 25% dos recursos no PDC's 1 e 2, PDC 1-Bases técnicas em Recursos Hídricos, os levantamentos de dados dos projetos, planejamento, enquadramento, rede de monitoramento e o PDC 2-Gerenciamento dos recursos Hídricos incluem todas as ferramentas de gestão e ainda no mínimo 60% do recurso tem que ser gasto de 3 a 6 PDCs e ficou decidido na CTPLAGRHI que seria priorizado 3 sub-PDCs: 3.1 Sistema de esgotamento sanitário, 3.4 Prevenção e controle de processos erosivos e 3.5 Intervenção em corpos d'água, projetos, obra e ações visando melhoria ou recuperação da qualidade das águas, mediante intervenções diretas no corpos hídricos, e o restante nos outros PDCs 4, 5, 6, 7 e 8. Para os recursos da cobrança, em 2010 era mais ou menos 30% no PDC 1, 40% PDC3 e 30% no PDC 4. PDC-1 Base técnicas em recursos hídrico, PDC-3 Melhoria e recuperação da qualidade das águas e PDC-4 Proteção das corpos d'água que incluem recomposição vegetal e proteção de manancial, com o recurso para revisão do plano de bacia e para esse ano o CRH solicitou que refizessem a discussão e usasse o mesmos padrão dos royalties, ou seja, no máximo até 25% nos PDC's 1 e 2 no mínimo de 60% de 3 a 6 PDC's escolhidos e o restante para os outros PDC's. Devendo definir basicamente onde usar no mínimo 60% dos recursos da cobrança, em torno de 1,2 milhões para os anos de 2018 e 2019 e já para os projetos aprovados em 2018 e por isso também estavam

40 fazendo a discussão com a presença dos usuários, com a FIESP convidada, a
41 SABESP, SAAE, Sind-AREIA. Analisou a partir do dados dos projetos dos anos
42 anteriores no comitê que a maior parte dos recursos foram utilizadas em dois
43 PDC's, no PDC 1 e no PDC 3, com quase 70% dos projetos e na maior parte das
44 vezes as prefeituras solicitam o PDC 1, as empresas de saneamento o PDC 3,
45 apesar de sempre insistirem no PDC 4 por entender que é importante, a
46 recuperação de bacia, antes de investir em saneamento, e as ONG's de maneira
47 geral solicitam recursos no PDC 8 em educação ambiental, mas tem rareado no
48 últimos anos por vários problemas. E que apesar do avanço grande nos últimos
49 10 anos com vários municípios fazendo seus sistema de tratamento ainda tem
50 muito problema de rede, não chega o esgoto, ainda bastante esgoto clandestino,
51 e as estações são de tratamento convencional e em muito casos precisa de
52 tratamento terciário, o que não avançaram, existe ainda uma demanda grande
53 para o PDC 3 e uma demanda maior ainda para o PDC 4 que apesar de ter usado
54 como indicador e meta foi o que a conseguiram menos avanços, por vários
55 problemas. Lembrou do PDC 5 com a Gestão da Demanda de água, controle de
56 perda é uma questão importante nas empresas de saneamento, e a
57 racionalização do uso da água, considerando que estão próximos de uma nova
58 seca semelhante a de 2014 que pode levar de novo à redução do abastecimento
59 público em várias cidades, do PDC 3 aproveitamento de recursos hídricos, o PDC
60 7 importante para os municípios, pelos eventos hidrológicos extremos como a
61 seca e a enchente, e o PDC 8 educação ambiental, capacitação sempre
62 importante. Após as considerações sugeriu manutenção dos PDC's 4 e PDC's 3
63 para fazer parte do grupo de PDC's utilizando até 60% dos recursos da cobrança.
64 O saldo em conta aponta R\$ 49.410.330,46. Claudio Cutri Robles (Associação de
65 Amigos do Bairro 25 - AA25) perguntou se era em conta ou viria para a conta em
66 2018 e 19. André disse "na verdade já esta indicada desse 49 milhões, tem que
67 tirar os projetos que já foram aprovados mas não iniciados, já estão no sistema, e
68 aqueles que já estão em execução, não com a conta somada, próximo dos de 20
69 milhões, a arrecadação do ano e o rendimento financeiro retirar da agente técnico
70 e tudo mais então pra simplificar cerca de 20 milhões do dinheiro da cobrança."
71 Dos desses 20 milhões até 25% para o PDC 1 e 2. Rosangela César (CETESB)
72 disse "Lembrando que no dia 20 de abril tem reunião da Câmara e dia 27 a
73 plenária, e a Câmara terá uma informação melhor e mais próxima do número
74 disponível". André disse que na próxima reunião da CTPLAGRHI vão começar a
75 discutir os projeto de 2018 e em abril tem que bater o martelo. Claudio perguntou
76 se os problemas relacionados com o PDC 3 e PDC 4, do 3 na área de
77 saneamento, a questão do lixo e drenagem urbana, e do 4 pela recuperação de
78 bacia, da questão da vegetação, a poluição pontual e o outro para a poluição
79 difusa, considerando as informações muito importantes para incluir no Plano de
80 bacia que passa a ser meta. André disse que estão sendo considerados no
81 Plano de bacias, que na verdade todos os municípios já tem plano de

82 saneamento, todos relatando que vão chegar a 100% de coleta e tratamento no
83 prazo do plano até 2024 e lembrou que alguns municípios deverão revisar o plano
84 diretor também. Claudio concordou que os planos são colocados com muito
85 pouco cuidado em relação à realidade com agravante que passa como se nada
86 tivesse acontecido, citando caso dos municípios de Sorocaba e Itu. André disse
87 que compreendia e precisaria encaminhar, passando para a leitura dos Sub-
88 PDC's, como o Projeto (básicos e/ou executivos) e obras de sistema de
89 esgotamento sanitário, em áreas urbanas ou rurais, bem como de tratamento de
90 resíduos sólidos e líquidos provenientes de ETE ou de ETA, então lodo também
91 entra nesse PDC. PDC 3.4 Prevenção e controle de processos erosivos, sendo
92 colocado porque imaginavam que os planos de drenagem estariam prontos
93 através do CERISO envolvendo projetos, obras e ações de prevenção e controle
94 urbano da erosão do solo ou do assoreamento dos corpos d'água, em áreas
95 urbanas ou rurais, visando manutenção ou melhoria da qualidade das águas.
96 PDC 3.5 Intervenções em corpos d'água Projetos (básicos e/ou executivos), obra
97 e ações visando a melhoria ou recuperação da qualidade das águas, mediante
98 intervenções diretas nos corpos hídricos. Os PDC's definidos para o recurso dos
99 royalties, e ainda dentro do PDC 3 o 3.2 Sistema de resíduos sólidos projetos
100 (básicos e/ou executivos), e obra de sistema de coleta, tratamento e disposição
101 final ou outras ações e manejo resíduos sólidos, nos casos em que há
102 comprometimento dos recursos hídricos, e PDC 3.3 Sistema de drenagem de
103 águas pluviais projeto (básico e/ou executivos) e obras de sistemas urbanos de
104 drenagem de águas pluviais e ações com vista a promover a contenção da
105 poluição difusa, e lembrou que colocaram o 3.4 processos erosivos e não o 3.3
106 águas pluviais porque ficaria pronto primeiro o plano de drenagem rural e depois o
107 urbano. Rosângela considerou importante saberem na CT que projetos seriam
108 prioritários e em quais municípios, talvez enviando para o CERISO para
109 encaminhar ao colegiado. André disse que poderia parecer estranho indicar o
110 PDC para depois indicar as ações, mas precisavam cumprir prazo e inclusive
111 aprovar os sub-PDC's e no caso dos recursos da cobrança tem que ter a
112 aprovação dos usuários como a FIESP, SAAEs devendo depois da reunião ainda
113 conversar com a SABESP porque se forem contra terão de discutir tudo de novo.
114 Surgiu o tema da redução de perdas, André salientou que depois precisariam
115 discutir a medição das perdas porque existem métodos diferentes, e poderia
116 inclusive ser dentro do PDC 1 definição de estudo. James Martins (Fundação
117 Agência de Bacia Hidrográfica do SMT) esclareceu que no site da FATEC-Tatuí
118 há uma consulta pública sobre o plano de bacia, e além disso foram feitas
119 reuniões de consultas públicas de forma presencial amplamente em todas as
120 Subbacias da UGRHI e a reunião da CT era para definir o que para a bacia é
121 importante e onde colocar os recursos de maneira que a sociedade pode ver onde
122 será aplicado pelos PDCs e qual a problemática da bacia, tudo comporá os dados
123 que serão tabulados e depois o plano de bacias tem também a parte de

124 prognóstico e um plano de ação. Claudio perguntou em relação ao rio Pirajibu,
125 André disse que deveria ser verificado se consta no sistema, mas na reunião de
126 Sorocaba, presencial, apareceu o tema do rio Pirajibu, e deu como sugestão o
127 PDC 4, e no 4.1 Proteção e conservação de mananciais então projetos (básicos
128 e/ou executivos) obras e ação de proteção dos corpos d'água com vista ao
129 aproveitamento da água para usos múltiplos e operacionalização dos
130 instrumentos da legislação de proteção e recuperação de mananciais, no PDC 4.2
131 Recomposição da vegetação ciliar e da cobertura vegetal projetos (básicos e/ou
132 executivos), serviços e ações de recomposição da cobertura vegetal e incentivo às
133 boas práticas, com destaque para a vegetação ciliar e a proteção e nascentes.
134 Daniela (SAAE Porto Feliz) perguntou se substituição de rede de água de ferro
135 fundido para PVC poderia. André "a informação que eu tinha é que haveria
136 recurso para a troca de rede, então, agora foi feito e esses SubPDC's. [...]se
137 teve o plano de redução de perdas poderia fazer a obra. Nós temos essa ação na
138 revisão do plano de saneamento porque se tiver recurso agora vamos tentar".
139 Eleusa Maria da Silva (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB 24ª Subseção de
140 Sorocaba) disse que provavelmente não teria recurso no PDC 5, e se for de
141 interesse que use para melhorar a rede de abastecimento, sugerindo os PDCs
142 4.1 e o 4.2 e o 3.1 prioridade, e aglutinou as outras sugestões: Daniela de Porto
143 Feliz sugeriu 5.1 controle de perdas, FIESP 5.3 da cobrança, André dentre outros
144 o 5.3, Claudio para o tratamento de esgoto na redução da poluição dos corpos
145 d'água 3.1 e Rosângela sugerindo o 3.3. André disse que o Plano de ação deverá
146 estar pronto para 20 de abril ser aprovado no colegiado. Rosângela concordou
147 com os representantes da FIESP pelo 5.3 mas com proposta, desde que incentive
148 e tenha algum retorno desses recursos. André esclareceu que pela Lei as
149 empresas podem tomar recursos FEHIDRO e depois pagar os juros subsidiários,
150 e a Coordenadoria até incentiva o uso desses recursos para as empresas, então
151 poderiam inclusive separar parte dos recursos da cobrança para esse fim, mas não
152 sabem a demanda porém depois vão se reunir com os usuários, inclusive FIESP
153 para saber da demanda, sugerindo no PDC 5.3 reuso de água, incentivo para as
154 empresas fazerem ações de reuso e o recurso seria devolvido depois como se
155 fosse um financiamento. Sétimo Marangon (CETESB) reiterou que o tema é
156 preocupante por exemplo para Sorocaba. Claudio disse que tem empresas
157 interessadas na água redistribuída para o uso industrial, e para algumas
158 empresas pelo tratamento com menos exigências para água industrial, e algumas
159 as empresas se ofereceram pra ajudar. André disse que quando a empresa faz
160 captação direta já pode acessar porque já é usuária, mas precisam se reunir com
161 as empresas explicando sobre os juros subsidiário, atualmente só sabem que
162 existe a possibilidade, devem se reunir na CIESP com a FIESP e empresas locais
163 para discutir tão logo tenham mais informações. Rosângela acrescentou o PDC
164 3.3 também. André esclareceu 3.3 drenagem urbana, 3.2 resíduos sólidos, 3.1
165 esgoto, efluentes líquidos, 4.1 recuperação da bacia, 4.2 vegetação e

166 recomposição de nascentes, 5.1 controle de perdas e 5.3 reuso de água.
167 Acrescentou que devem caracterizar muito bem o problema nos recursos hídricos
168 porque senão o FEHIDRO não aprova. Sétimo complementou que Salto de
169 Pirapora pegou recursos FEHIDRO para recuperar área de várzea e para um
170 novo aterro e o novo aterro esta sendo concluído. André esclareceu na pergunta
171 de Francisco Antônio Moschini (Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT) o
172 PDC operacionalização de instrumentos de legislação de proteção e recuperação
173 de mananciais envolvia inclusive questão da fiscalização de levantamento de área
174 ou acompanhamento de área de reflorestamento e o de estudos geralmente seria
175 o PDC 1, mas sendo clara a diferença ente um estudo e um projeto, estudo
176 quando levanta informações dando origem aos projetos, e o projeto executivo só
177 pode ser na linha dele. Foi sugerido o PDC 8.1 treinamento e capacitação técnica
178 em tema relacionado ao planejamento e gestão dos recursos hídricos, incluindo
179 parcerias com instituições especializadas, os cursos de graduação cursos de
180 extensão e cursos voltados tanto ao corpo técnico do município como para ONG's
181 sobre os recursos hídricos, não exatamente educação ambiental sendo lembrado
182 que dentro do projeto da CETESB pela contrapartida também está contemplado.
183 Claudio sugeriu para Sorocaba, tendo risco de falta d'água significando que o
184 primeiro vitimado são as empresas na questão da demanda e disponibilidade.
185 André disse que deve ser planejado pelo plano de bacia. Foi proposto: 4.1
186 recuperação de bacia, 4.2 reflorestamento e vegetação, 5.1 controle de perdas
187 inclusive com troca de tubulação, 5.3 reuso de água, 3.1 sistema de saneamento
188 de efluentes, 3.2 resíduos sólidos, 3.3 drenagem urbana e 8.1 treinamento e
189 capacitação técnica. Rosângela disse que o 3.5 seria intervenção em corpos
190 d'água e tinham definido como resíduos sólidos que não está contemplado, os
191 municípios disseram resíduos sólidos, André disse que viu no edital e pode ser
192 que o numero dos PDC's tenha mudado, mas de todas ainda foi acrescentado o
193 3.4 drenagem rural, erosão, e por fim sugeriu troca, e fez um exercício de
194 simulação de trocas dos PDCs. Márcia optou pelo 3.1 como mais importante.
195 Rosângela disse que não precisaria fica nos sub-PDC's o 3.1. já contemplado no
196 PDC 1. André, solicitou uma estimativa para projetos de reuso e disse que então
197 havia recurso, porque pelo 3.4 a experiência mostra que não entra projeto.
198 André retomou: "temos mais ou menos 1,5 milhão e por ano os PDCs ficaram em
199 3.4 projetos executivos ou obras de drenagem rural pra evitar erosão, o 5.3
200 projetos de reuso d'água e 8.1 treinamento e capacitação, o único problema que
201 pode ter é de não projetos nesses três aqui, eu não sei como é que faz, como não
202 ficou definido o que faz quando não tem projeto nessa áreas. Na cobrança ficou o
203 4.1 legislação para recuperação de bacia, 4.2 vegetação recuperação de
204 nascente, 5.1 redução de perdas, 3.1 saneamento básico, esgotos, tratamento de
205 resíduos sólidos e drenagem urbana, e aqui por ano mais ou menos 3,5 milhões
206 para esse ano uns 12 milhões.

207 Foi rediscutido o 8.1, pode ser qualquer tomador, pode ser o Estado que vai fazer
208 um curso especial sobre treinamento na área de saneamento de operação de
209 tratamento de esgoto ou de recuperação de vegetação e tem de fazer projeto de
210 treinamento, normalmente em parceria com Universidade e Rosângela lembrou
211 que a CETESB esta com um projeto grande, já na contrapartida, e está no projeto
212 federal Pró-comitês. André fez a sugestão adicional que o 8.3 para plano de
213 comunicação, mas Rosângela disse que como é prioridade o plano de
214 comunicação entra nos 15%. Eleuza leu o artigo 2o. inciso 2 Deliberação CRH “
215 investimento de no mínimo 60% em até 3 PDC’s distribuídos em no máximo 6
216 sub-programas”, então não são obrigados a indicar 3 PDC’s e nem 6 mas André,
217 disse que uma Deliberação posterior coloca de 3 a 6 PDC’s. Rosângela, disse
218 para colocar no sub-PDC 5.3 e 3.4 e disse André que no mínimo seria 1,200
219 milhão, no máximo dois milhões, e pode gastar só em 1 PDC, quer dizer que se
220 chegar projeto de 2 milhões no PDC 3.4 pode usar todo o recurso. Rosângela, no
221 máximo de 25% no PDC 1 e 2, no mínimo 60% de 3 a 6 sub-PDC’s, sobra 15%
222 que ficaria para o plano de bacia. Os debates foram encerrados. Marília Machado
223 de Moraes (Secretária de desenvolvimento sustentável de Araçoiaba da Serra)
224 disse que na verdade no início da gestão estavam sem equipe e houve
225 precipitação por parte da prefeitura para a avaliação da CTPLAGRHI, e
226 protocolaram em fevereiro a pedido do Prefeito Dirlei Salas, o Plano diretor
227 vigente, de 2006, a área do bairro do Cercado é uma área que se enquadra em
228 zona de chácaras e são estritamente residenciais de baixo potencial de
229 adensamento, tem com diretriz manter a qualidade do espaço urbano dessas
230 áreas estritamente residenciais e no Artigo 24 as diretrizes do Plano diretor a
231 criação de proteção ambiental a diretriz nº 1 corresponde a porção da bacia do rio
232 Sarapuí considerada de interesse estratégico para futura utilização como
233 manancial de captação de água para o município, de que trata o Artigo 58 da
234 presente lei, ou seja, o empreendimento na área do Cercado é inviável. André
235 confirmou que colocaram em pauta porque tinha entrado em fevereiro do ano
236 passado, mas por problema técnico não foi para discussão da CTPLAGRHI, e se
237 a prefeitura de Araçoiaba entende que não é necessário o parecer do Comitê, que
238 no plano diretor já diz que não pode, provavelmente vocês recusaram a certidão
239 de uso do solo. Aminel (Diretor do Sindicato das indústrias de extração de areia
240 do Estado de São Paulo região Sorocaba) disse: "o bem mineral que a gente
241 pretende extrair nessa área é areia, [...] as empresas de mineração em média
242 hoje demandam um prazo de 10 anos para uma LO que vai dar a possibilidade de
243 minerar o produto, argila, areia, pedra água mineral a mesma coisa, essa
244 empresa já demonstrou interessada aproximadamente há 7 anos quando foi feito
245 um estudo constatando existência do minério e o Departamento nacional de
246 produção mineral demonstrou que era possível através do estudo que foi feito e
247 aprovou o projeto de pesquisa lá, tendo isso a empresa entrou na CETESB com a
248 LP e LI, nesse decorrer tem que comunicar o município para a certidão do uso e

249 ocupação do solo, em 2016, nesse intervalo não houve uma manifestação da
250 atual gestão, então pleiteou junto ao Comitê e a solicitação para que se
251 estudasse, agora você disse que não tem uma legislação específica para
252 mineração. [...] então vocês estão deixando claro que vão se opor a instalação,
253 que está diretamente ligada a construção civil fornecemos cimento, areia, pedra
254 que são imprescindíveis para que a população tenha o mínimo de bem estar,
255 hospitais, estradas, escolas, inclusive a água que consumimos [...] Sorocaba
256 atualmente tem o 9º PIB do Estado de São Paulo, provavelmente nos próximos
257 anos pode melhorar e vamos precisar, independentemente dessa mineração,
258 outras vão surgir, se Araçoiaba hoje não tem mineração de areia ou pedra
259 Sorocaba tem suas pedreiras que no passado estavam fora da cidade, hoje estão
260 dentro da cidade então não foi a pedreira que adentrou a cidade foi o inverso, os
261 planos diretores dos municípios as vezes esquecem de preservar os bens
262 minerais que existem no município, lá por exemplo é um setor rural, mas só para
263 lembrar os senhores que as vezes a mineração é vista com olhos que somos os
264 malfeitores, mas em qualquer momento precisamos atentar que se faz
265 necessário." Claudio, disse que a renda média per capta em Sorocaba a colocava
266 como 7º e estão em 37º, 40º, não há organização em Sorocaba, o plano diretor foi
267 feito para beneficiar a construção de "predinhos", e ninguém fez cálculos dos
268 impactos, e se o plano estivesse andando, colocariam 6 milhões de pessoas em
269 Sorocaba. Aminel disse, "só pra esclarecer, o senhor e ter uma noção do que
270 representa o distanciamento do produto ao consumidor, aqui na região de
271 Sorocaba, hoje Bofete é um dos maiores produtores de areia especificamente
272 para concreto usinado, nessa área hoje o maior consumidor é a cidade de São
273 Paulo, essa areia hoje custa lá na produção na mineração R\$10,00/tonelada,
274 significa cerca de R\$16,00/m³, ela sai de Bofete e chega em São Paulo com a
275 distancia de 190 km em uma usina de concreto a R\$95,00, e quando justificamos
276 a necessidade que se observe que o produto está onde Deus colocou não somos
277 nós que escolhemos, as necessidades dos grandes centros populacionais é a
278 aplicação mais próxima possível do produtor com o consumidor. Quando falamos
279 de mata ciliar das minerações de areia do Vale do Paraíba se vocês fizerem um
280 levantamento foram às que mais tiveram a recuperação da mata ciliar." André
281 disse que não poderiam analisar sem a prefeitura solicitar. No próximo item de
282 pauta, Pro-comites um programa da ANA com informações sobre o Comitê, como
283 funciona, quais são as metas e demandas principais, completaram a tabela.
284 Eleuza, informou que a CT Proteção às águas fará reunião em breve muito
285 importante, pela primeira vez trabalhando com um processo de restrição de área
286 para captação de água, no município de Porto Feliz, por conta da empresa "USA
287 quimical" em um acidente que ocorreu há 35 anos, a chuva contaminante está
288 percolando, e a CETESB vem realizando estudos, além do processo judicial,
289 iniciativa do Ministério público e de todos órgão ambientais, da vigilância sanitária,
290 que estão sendo comunicados periodicamente, e já há determinação de área



- 291 para decretar restrição 1 km de raio do acidente. Não havendo informes o Prof.
292 André agradeceu as presenças e encerrou a reunião.